

## **A seca de 1979 a 1983 no Semiárido Piauiense:** reflexões a partir da Construção da Barragem de Bocaína, Picos- PI.

*Cristiana Costa da Rocha<sup>1</sup>*  
*Milena de Araújo Leite<sup>2</sup>*

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de refletir sobre a seca de 1979 a 1983 no semiárido piauiense a partir da construção da Barragem de Bocaína localizada em Picos no Piauí. Busca também evidenciar as populações atingidas por esse projeto, analisando os desdobramentos da obra no cotidiano desses sujeitos. Para além do semiárido piauiense, a discussão traz uma ampla análise da problemática da seca, como um fenômeno regional, presente no Nordeste. No tocante aos planos governamentais de combate à seca, este trabalho procura problematizá-los através do cruzamento entre as fontes ditas oficiais com as fontes orais por meio da análise dos depoimentos das famílias afetadas, dos trabalhadores que atuaram nas chamadas frentes de emergência, que foram montadas em épocas de crises com o intuito de conter as migrações dos flagelados pela seca. Ainda sobre os trabalhadores é importante considerar suas ações diante dos desdobramentos do projeto, os conflitos, os salários, a carga horária e as relações de trabalho estabelecidas nesses espaços. Como percurso metodológico para a construção desse artigo inicialmente foi feito o levantamento da bibliografia teórica e historiográfica, seguido de seleção e fichamento, para necessárias retomadas ao longo do trabalho. A partir do diálogo estabelecido com o estado da arte da produção bibliográfica sobre o tema foi iniciado o processo de levantamento das fontes arquivísticas, em particular no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), onde se encontram as obras de socorro público para o combate da seca, sendo: relatórios, jornais, dados da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, já as fontes orais utilizadas foram entrevistas e algumas delas foram concedidas a uma das autoras desse artigo, as outras foram retiradas de bibliografias sobre o tema.

**Palavras-chaves:** Barragem. Seca. Relações de Trabalho. Ações de combate à seca. Conflitos.

**Abstract:** This article aims to reflect on the drought from 1979 to 1983 in the Piauí semi-arid region from the construction of the Bocaína Dam located in Picos, Piauí. It also seeks to highlight the populations affected by this project, analyzing the unfolding of the work in the daily lives of these subjects. In addition to the Piauí semi-arid region, the discussion brings a broad analysis of the problem of drought, as a regional phenomenon, present in the Northeast. With regard to government drought-fighting plans, this work seeks to problematize them by crossing the so called official sources with the oral sources by analyzing the testimonies of the affected families, the workers who worked on the so called emergency fronts, which were erected in times of crisis in order to contain the drought- affected migrations. Still on the workers, it is important to consider their actions in the face of the project's unfolding, conflicts, wages, workload and work relationships established in these spaces. As a methodological path for the construction of this article, the theoretical and historiographical

---

<sup>1</sup> Doutora em História - UFF; Professora Adjunto III – UESPI, Campus Poeta Torquato Neto; Coordenadora do Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Trabalho - NEHST e-mail: cristianacrocha@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em História – UESPI; e-mail: milena.araujo.leite@outlook.com

bibliography was surveyed followed by selection and file, for necessary resumes throughout the work. Based on the dialogue established with the state of the art of bibliographic production on the subject, the process of surveying archival sources was initiated, in particular at the National Department of Works Against Drought (DNOCS), where public relief works for the combat drought, being; reports, newspapers, data from the Northeast Development Superintendence (SUDENE) and the 3<sup>rd</sup> Construction Engineering Battalion, the oral sources used were interviews and some of them were granted to one of the authors of this article, the others were taken from bibliographies on the topic.

**Keywords:** Dam. Drought. Work Relationships. Actions to combat Drought. Conflicts.

## **Introdução**

A visão generalizante de Nordeste associada ao sertão das caatingas e cidades empoeiradas vem há muito sendo desnaturalizada por pesquisadores brasileiros, como Durval Muniz na obra *Invenção do Nordeste e outras Artes* (2001), que se soma aos esforços de escritores renomados da literatura como Ariano Suassuna para construção de uma escrita capaz de atribuir ao Nordeste uma imagem resistente e vitoriosa, necessária à construção de uma genealogia própria do país e da região.

No dizer de Manuel Domingos Neto (1987), a seca chegou ao Piauí no século XIX através dos migrantes retirantes do Ceará e somente passou a ser uma problemática no século seguinte. O contexto corresponde à saída de levadas de migrantes cearenses para exploração de seringais na Amazônia, segundo os historiadores Eurípedes Funes e Adelaide Gonçalves (2008, p.18) ano de 1869 foram 1.603 migrantes e em 1900 mais 15.773. Diante disso, é possível compreender que o Piauí se tornou um provável atrativo para os migrantes flagelados em razão das terras fartas, a despeito das condições climáticas da região como no semiárido, na qual foi construída a Barragem de Bocaína.

As condições ambientais do semiárido nordestino, são caracterizadas por apresentarem baixo nível de umidade, irregularidade do índice de precipitação e solos parcialmente salinos e carbonáticos, constituem uma prévia para a compreensão do fenômeno da seca, que no entanto se insere num cruzamento entre fatos físicos, ecológicos e sociais. Trata-se de uma área caracterizada por surtos agudos de fome que se manifestam nos períodos das secas, intercaladas por períodos de relativa abundância que atravessam as vidas dos sertanejos. As secas que assolam a região criam discontinuidades na produção rural e provocam um desemprego maciço dos que não têm acesso a terra, colocando-os na condição de retirantes. Em busca de emprego e melhores condições de vida, homens e mulheres migram para outras regiões.

Ao comentar os índices pluviométricos da Região Nordeste, Manuel Domingos Neto atenta para um cenário de boas médias de chuva, fazendo um contraste com o discurso de plantações arruinadas por conta de chuvas escassas. Entre os principais dados coletados pelo autor, estes enfatizam o que foi dito anteriormente:

A média pluviométrica do Nordeste seco é tecnicamente boa, atingindo mesmo além do necessário para o desenvolvimento das culturas tradicionais da região. A precipitação média anual, superior a 500 mm para a quase totalidade do Nordeste, é bem melhor que a média de diversas regiões no globo, onde se pratica agricultura economicamente rentável e onde se desconhece a calamidade da ordem das tragédias nordestinas (DOMINGOS NETO, 1987. p.24).

Nos períodos de crises mais agudas, como nas secas de 1915, 1932, 1979 dentre outros contextos abordados pela literatura especializada, o Estado fundamentou a aplicação de políticas públicas, que se fizeram via Ministério da Viação e Obras Públicas através das frentes de serviços sob a alegação de gerar empregos para os pobres e controlar as migrações de nordestinos para as outras regiões. A construção de barragens foi um dos principais mecanismos utilizados pelo Estado no combate à seca no semiárido nordestino, disponibilizar água para as populações, lavouras e criações é o que o poder público vem tentando fazer desde o início da convivência com essa mazela social. Os desdobramentos dessas ações políticas no cotidiano dos trabalhadores das obras públicas nos permitem pensar e visualizar sujeitos com suas idealizações, suas motivações e utopias, assim como suas lutas e seus limites.

Cabe considerar que no Piauí, a construção de barragens foi menor comparado aos outros estados do Nordeste seco, que pode ser justificado devido ao território piauiense possuir boa quantidade de água subterrânea e de rios perenes em relação às outras regiões nordestinas, em suma a solução hidráulica repercutiu pouco no Piauí (DOMINGOS NETO, 1987). No relatório do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS de 1980 consta que até 1979 o número de açudes públicos construídos no Piauí eram doze, e no Ceará foram cinquenta e oito.

A construção da Barragem de Bocaína, de 1979 a 1996, localizada no município de Picos (Bacia do Rio Guaribas), foi marcada por conflitos e mudou o contexto dos moradores da região. Em entrevista realizada em setembro de 2015, a ex-missionária da Comissão Pastoral da Terra - CPT, Espedita da Silva Araújo, então com 60 anos, narrou à historiadora Cristiana Costa o contexto de construção da barragem com ênfase nas agruras vivenciadas

pelas famílias de moradores que foram expulsas da área para a construção da barragem, segundo ela no contexto de implantação do Batalhão de Picos para a construção da barragem os moradores o chamavam de Batalhão de Satanás, de Besta Fera.

A Barragem de Bocaína, região considerada mais crítica do Estado em termos de disponibilidade hídrica e caracteriza-se por uma extrema irregularidade das chuvas que se concentram, praticamente em três meses do ano, e foi construída em duas etapas: a primeira ocorreu de 1981 a 1985 e a segunda de 1992 a 1996. No entanto, neste artigo será abordada a primeira etapa, pois se insere no contexto da seca de 1979.

A escolha da temática partiu da experiência de pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto intitulado Trabalhadores nas Obras de Socorro Público no Piauí (1950-1980) e respectivo subprojeto, Socorro Público no Semiárido Piauiense (1950-1980), com financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que possibilitou acesso à acervo de fontes inéditas e bibliografia referente ao tema, além disso, buscou-se analisar a ação do Estado nas áreas atingidas pela seca, problematizando os planos governamentais, bem como a ação dos trabalhadores da obras e as mudanças no cotidiano das populações locais.

O uso da metodologia da História Oral tem sido fundamental para compreendermos as experiências vividas pelos moradores atingidos por essa obra, assim fizemos uso de depoimentos de sujeitos que vivenciaram o contexto de construção da barragem, como no caso de Dona Espedita. Para o pesquisador italiano Alessandro Portelli, o indivíduo narra suas experiências de vida através das suas memórias, também aponta que essas narrativas são cheias de subjetividade, e são essas subjetividades que atribuem valores pessoais aos fatos ocorridos. Essas fontes aliadas ao tratamento empírico do historiador contribuem para uma visão mais ampla do acontecimento, pois, “as fontes escritas não podem ser sempre – automaticamente- consideradas fidedignas”, já que são reveladoras dos interesses de quem as produz, (PORTELLI, 2013), a exemplo temos os relatórios produzidos dessa obra que contabilizam apenas os benefícios, no entanto ao nos depararmos com os relatos percebemos que as populações foram prejudicadas em vários aspectos que serão abordados ao longo deste texto. Também foram utilizadas como fontes, relatórios, dossiês, dados censitários, fotografias, jornais de circulação local, acessadas na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, CPT Regional Piauí e no acervo do Centro Piauiense de Ação Cultural – CEPAC, no Núcleo de Pesquisa e Estudo em História, Sociedade e Trabalho – NEHST/UESPI.

Diante da temática apresentada e do recorte sugerido, cabem os seguintes questionamentos: De que modo o projeto de construção da Barragem de Bocaína afetou nos modos de vida e trabalho das famílias da região, bem como os modos de pensar e agir dos trabalhadores dessa obra de socorro público (no semiárido piauiense)? De que maneira se organizou suas ações enquanto classe, em torno de reivindicações como salários, carga horária de trabalho e equipamento utilizado?

Em linhas gerais, o presente artigo se propõe a um exercício de fazer pensar os sujeitos, pobres flagelados, retirantes ou trabalhadores das frentes de serviço, suas condições de vida e trabalho em perspectiva regional, cujas condições de trabalho entrelaçavam relações de trabalho livre e compulsório em contexto evidente de mazelas sociais, sendo assim faz-se necessário compreender as consequências da interferência do Estado no cotidiano do flagelado, enquanto sujeito político investigando suas ações e modos de organização desses espaços das obras, criados pelo Poder Público, procurando ações como motins organizados pelos trabalhadores diante das duras condições de trabalho, enfrentando fome e salários mal pagos, também se buscam as manifestações mais silenciosas que se fazem através de artifícios mais sutis, sem o confronto direto com o governo, utilizados pelos operários das secas para protestar contra as condições miseráveis em que se encontravam.

### **O Batalhão de Satanás e a Barragem em Construção**

A implantação do Batalhão de Picos difundiu medo e pânico entre os moradores da área onde seria implantado o projeto de construção da Barragem de Bocaína. Trata-se de um sentimento comum entre as populações empobrecidas ao sentirem ameaçados os seus espaços de sobrevivência. Fome e seca atravessam as vidas dessas famílias, não se trata de uma fome permanente, mas de uma fome que se apresenta em surtos epidêmicos que surgem com as secas periódicas, no dizer de Josué de Castro (2008).

A seca é comumente reconhecida como fenômeno caracterizado pela ausência ou irregularidade de chuvas que atinge a região Nordeste do Brasil. Entretanto, essa problemática se insere num cruzamento entre fatores físicos, ecológicos e sociais. Joaquim Guedes Côrrea Gondim engenheiro civil e sanitarista, ex-chefe do 3º Distrito de Obras DNOCS, reforça a pluralidade da discussão do fenômeno da seca:

Seca, no sentido léxico, significa falta de precipitação atmosférica sob a forma de chuva, falta de umidade. Neste sentido, este seria apenas um problema de falta d'água, um problema de abastecimento do precioso líquido. Porém, se examinarmos o verdadeiro sentido da expressão "Seca no

Nordeste”, no seu sentido mais geral, verificamos que, além do fenômeno físico da falta d’água, o seu verdadeiro significado tem amplitude muito maior e traz a baila fenômenos econômicos que provocam transformações no “hábitat” social da região. (GONDIM, 1984. p.05)

A percepção de seca pelo engenheiro evidencia uma reflexão ampla sobre o problema da seca, trazendo o fator físico falta d’água, como também levanta questões relacionadas ao papel econômico e social desse fenômeno, que serão discutidos ao longo deste artigo.

No contexto da construção da Barragem de Bocaina, no qual a primeira etapa ocorreu em 1979, o trabalho da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) intitulado “As Secas no Nordeste- Uma abordagem histórica de causas e efeitos” constata que a seca de 1979 teve início no intervalo de março a abril, quando as chuvas cessaram por 50 dias, coincidindo com a época de maturação das lavouras, ocasionando o caos na agricultura e atingindo cerca de 241 municípios numa área total de 231.506 km<sup>2</sup>.

O Poder Público atuou em duas linhas de ações de combate à seca. A primeira eram as obras nas propriedades sertanejas destinadas aos trabalhadores que perderam suas lavouras e a segunda são as obras públicas realizadas pelos Governos Estaduais, DNOCS e Grupamentos de Engenharia, na qual a construção de barragens faz-se presente como uma dessas obras.

Entretanto, no cenário político brasileiro, a ditadura militar ainda estava em vigência e durante esse período percebeu-se uma pulverização dos recursos destinados às ações de combate à seca, principalmente na atuação de órgãos como a SUDENE. De acordo com Nivalda Aparecida Campos:

O golpe militar de 1964 fez com que a Sudene perdesse a autonomia necessária para executar seus programas, tanto no âmbito político como no econômico. Já a partir de 1963 houve uma clara redução da prioridade de desenvolvimento do Nordeste. Os recursos oriundos da dedução do Imposto de Renda de pessoas jurídicas, garantidas pela constituição de 1934 e de 1946, que antes só poderiam ser aplicados na região Nordeste e Amazônia, passam a ser destinados também a outras regiões e atividades. Através de vários decretos os recursos foram sendo pulverizados [...] Já a constituição de 1967 não dedica nada de específico às secas, e “a vinculação de qualquer percentual da receita pública ao problema fora pura e simplesmente supressa”. (CAMPOS, 2003. p.12-13)

Ainda de acordo com a autora a própria SUDENE fez uma análise e foi possível observar que “tal política de pulverização de recursos significou o abandono da prioridade do desenvolvimento do Nordeste em prol da consecução de ambiciosas metas de crescimento setorial em outras regiões do país”, ou seja, os recursos que antes eram destinados para

projetos de combate à seca foram reduzidos e parte deles foram investidos no desenvolvimento capitalista de regiões, como por exemplo, o Sudeste.

As tabelas a seguir mostram um resumo da aplicação das medidas nesse período:

**Tabela 01- Serviços em Propriedades**

ESTADO	MUNICÍPIOS AFETADOS	MUNICIPIOS ATENDIDOS	PROPRIEDADES ATENDIDAS	HOMENS MOBILIZADOS	VALOR LIBERADO Cr\$
Piauí	35	32	2.410	24.047	10.000.000,00
Ceará	75	58	20.669	184.976	170.000.000,00
R.G. Norte	85	85	12.195	101.013	115.000.000,00
Paraíba	35	35	5.450	41.405	55.000.000,00
Pernambuco	11	11	7.082	15.438	9.400.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>241</b>	<b>221</b>	<b>47.806</b>	<b>366.879</b>	<b>359.400.000,00</b>

Fonte: SUDENE.

**Tabela 02- Obras Públicas**

ESTADO E ÓRGÃO	Nº CONVÊNIO	VALOR DO CONVÊNIO	DATA	VALOR LIBERADO Cr\$
DNOCS/CE	026/79	50.000.000,00	27.04.79	3.000.000,00
Sec. Interior e Justiça/RN	018/79	25.000.000,00	27.04.79	5.000.000,00
1º Grupamento de Engenharia	022/79	50.000.000,00	02.05.79	10.000.000,00
	027/79	3.000.000,00	14.05.79	1.500.000,00
Sec. Trabalho, Comunicação e Obras/PB	020/79	25.000.000,00	27.04.79	3.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>153.000.000,00</b>	<b>-</b>	<b>22.500.000,00</b>

Fonte: SUDENE.

Os dados contidos nas tabelas mostram os números dos relatórios, não há uma análise dos sujeitos atingidos, portanto é necessário discutir esses dados no intuito de obter uma

análise mais ampla já que apenas contabilizam os “sucessos” obtidos nas realizações das obras realizadas durante a seca de 1979.

De acordo com Manuel Domingos Neto a intervenção do Estado na seca “de tão antiga e avultada, esta intervenção há muito passou a fazer parte da dinâmica da seca”, contribuindo para a perpetuação do fenômeno já que as medidas possuem um caráter paliativo e não criam mecanismos para o sertanejo permanecer em sua terra com boas condições de vida. A esse respeito, segue o fragmento do relato da Irmã Cleide Fontes, Agente Pastoral de Crateús no Ceará:

Vi muitas crianças morrerem antes de completar um ano. [...] Vi casos de famílias de 11 pessoas com apenas 3 sobreviventes. Vi famílias que se alimentavam de calangos assados. Vi intimações, prisões e processos de companheiros. Vi trabalhadores alistados nas frentes de serviço receberem o miserável salário Cr\$ 15.300,00, do qual se descontava ainda Cr\$ 4.590,00.

O relato acima evidencia a dimensão da seca no período e nos possibilita pensar as ações do Estado, em particular quanto as suas limitações em relação às políticas de combate à seca. No semiárido piauiense, dona Espedita (ARAÚJO, 2015) descreveu os salários dos trabalhadores nas frentes de emergência como “um dinheirinho, mixaria”. O contexto nos permite pensar essas políticas reconhecidas como frentes de trabalho, voltadas para construção e melhorias de rodovias, açudes, poços, etc, reforçavam o projeto histórico das classes dominantes para o Nordeste.

### **A Barragem de Bocaína: a promessa de uma vida melhor**

A Barragem de Bocaína no Piauí faz parte do contexto de ações de combate à seca de 1979 e para este artigo serão analisados os sujeitos atingidos por essa obra assim como o papel da sua construção, no contexto social, político e econômico da região, para tanto é necessário examinar o projeto de construção identificando inicialmente suas intenções para a comunidade bocaiense, presentes nos relatórios do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e nos documentos do 3º Batalhão de Engenharia e Construção, ou seja, busca-se nesse primeiro momento a visão do Poder Público desse projeto de construção da Barragem, no intuito de fazer um contraste com a recepção e os desdobramentos que essa obra trouxe para a população de Bocaína.

Em leituras iniciais, foi constatado nos documentos do 3º BEC que a Barragem havia sido construída nos anos de 1981 e concluída em 1985, porém nos relatórios do DNOCS foram encontrados anos que diferem da pesquisa inicial, situados entre os anos de 1992 a 1996. Sendo assim, a construção da Barragem de Bocaína será abordada dentro desses dois recortes temporais, entretanto será dada uma maior ênfase no primeiro período, pois faz parte do contexto da maior seca do século XX, ocorrida nos anos de 1979 a 1983.

O município de Bocaína localizado à 348 km da capital do Estado, no Sudeste piauiense, na microrregião de Picos, sua vegetação típica é a da caatinga, encontra-se no território de desenvolvimento do Vale do Rio Guaribas. É uma região que apresenta índices críticos de disponibilidade hídrica com uma extrema irregularidade nas chuvas. Sua atividade econômica consiste no cultivo do alho. (FREITAS, 2002).

**Mapa 01- Mapa do Estado do Piauí, localização de Picos e Bocaína**



Fonte: Google imagens. Adaptado por Marcos Vinícius Holanda Sousa (2012)

O Açude Bocaina construído na Bacia do Rio Guaribas possui a capacidade de 106 hm<sup>3</sup> de água e de acordo com os dados do Projeto Executivo da Barragem de Bocaína – Hidroterra S. A.- a área estimada de viabilidade para a construção estava em torno de 2.000 hectares que poderiam ser utilizados na irrigação, compreendendo os territórios dos municípios de Bocaína, Sussuapara e Picos.

Quanto à caracterização da Bacia do Rio Guaribas, Marcos Airton de Sousa Freitas, assim descreve:

O rio Guaribas nasce na Serra das Almas, a 600 m de altitude. Possui os afluentes Cana Brava e Pitombeiras, pela margem direita e Grotão, Riachão e São João, pela margem esquerda. A bacia do rio Guaribas, envolve os municípios de Bocaína, Sussuapara, Picos, Pio IX, Monsenhor Hipólito, Alagoinha, Francisco Santos, Santo Antonio de Lisboa, São José do Piauí, São Julião e Fronteiras. (FREITAS, 2002. p.03)

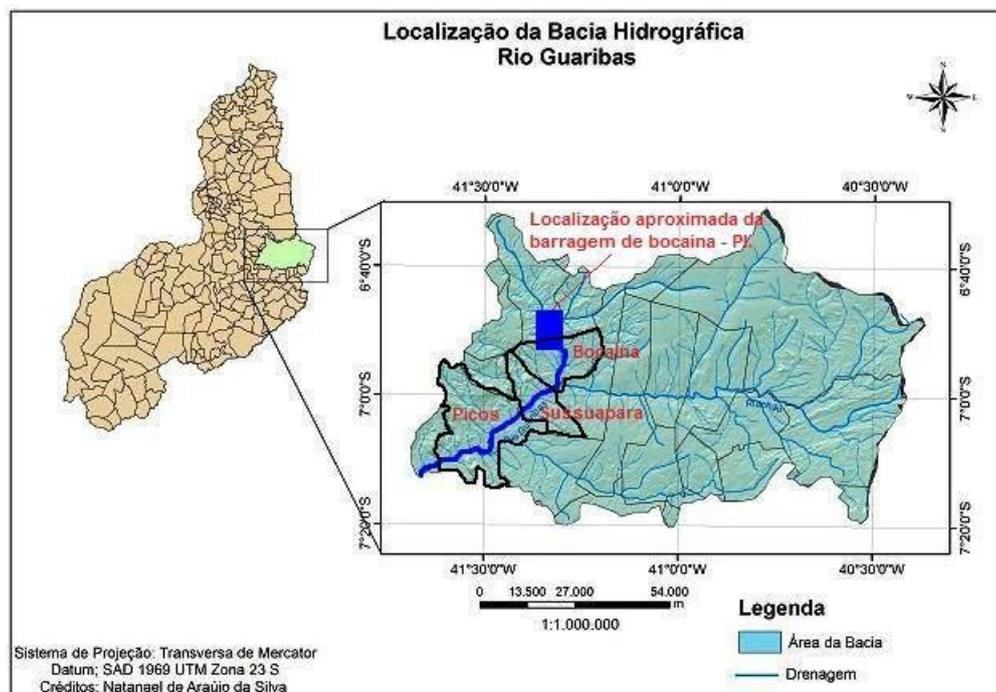
Ainda sobre o rio Guaribas, cabe refletir sobre a sua importância na vida das populações dos municípios que fazem parte da bacia hidrográfica desse rio. Segundo Maria Francisca da Rocha Gomes na sua monografia intitulada “Desenvolvimento para quem? Os sentidos da construção da Barragem de Bocaína Piauí (1981-2014)”:

As cheias do Rio Guaribas constituíam fator favorável para a prática da agricultura aos trabalhadores ribeirinhos [...] de Bocaina, uma vez que proporcionava uma colheita rica em gêneros agrícolas, funcionando tanto no plantio de produtos durante o período do inverno como também no período de estiagem. Sendo que no tempo do verão as terras às margens do Rio Guaribas eram aproveitadas para vazantes. (GOMES, 2014. p.38)

Antes da construção da Barragem de Bocaína, o rio desempenhava um importante papel na vida dessas populações atingidas por esse projeto. Com as suas cheias fornecia a colheita rica em gêneros agrícolas como: alho, feijão, melancia, milho, considerados essenciais à manutenção e sobrevivência das famílias, também abasteciam o mercado local. Além disso, a produção de alho era representativa na economia bocaiense e havia o emprego da mão de obra familiar.

Com a construção, houve grandes desdobramentos no cotidiano dos moradores, pois a desapropriação das terras implicava a perda de suas moradias, roças e propriedades. Essas terras para além da agricultura que sustentava as famílias eram espaços que faziam parte do cotidiano desses sujeitos, os quais foram construídos laços afetivos e experiências de vida.

## **Mapa 02- Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Guaribas**



Fonte: Adaptado por Santos, et al (2012).

Após as informações sobre a região onde foi construída a barragem e da descrição da Bacia do Rio Guaribas, vamos prosseguir com uma discussão do contexto histórico, no qual essa obra está inserida. A primeira fase foi executada pelo 3º Batalhão de Engenharia e Construção em convênio com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), dentro de um contexto que para além da seca que assolava a região do Nordeste, estava inserida numa estratégia de política econômica de caráter desenvolvimentista presente nos governos militares.

Vale ressaltar que o 3º BEC, principal órgão responsável pela obra, possuía um papel de destaque nesse período, pois a partir da década de 1950 foi atribuída à engenharia do exército a realização das obras no Nordeste, sobretudo por meio de quatro Batalhões de Engenharia e Construção criados em 1958 para executar obras rodoferroviárias e contra a seca atuando em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) e Programa Nacional de Irrigação (PRONI). (FIGUEIREDO et al (2014).

Conforme os documentos do 3º BEC, a finalidade dessa Barragem era “a regularização da vazão do Rio Guaribas para fins de uso hidroagrícola, a irrigação do vale a jusante,

abastecimento das populações e amortecimento de cheias”<sup>3</sup>. Além disso, o discurso de benefícios com a construção da Barragem foi reforçado pelos jornais da época como, por exemplo, o Jornal Macambira<sup>4</sup> que trazia em suas notícias os pontos positivos da construção, enfatizando a questão do desenvolvimento sócio econômico, por meio do controle das cheias do Rio Guaribas e do potencial de irrigação, sendo aproveitado para atividades agrícolas de gêneros variados. Em um dos trechos, o jornal traz o seguinte:

Estudos socioeconômicos preveem o cultivo em larga escala das principais culturas exploradas na região, dentre as quais destacam o algodão, feijão, milho, cebola, e alho, e ainda a implantação de novas culturas de frutas e hortaliças em geral.<sup>5</sup>

Os dados coletados trazem uma perspectiva de uma vida melhor para a população, não só da região de Bocaína, mas também inclui Picos, trazendo benefícios no setor econômico e no âmbito social traz uma estimativa de benefício para 71.000 pessoas em Picos e 4.000 na região de Bocaína.

Diante do exposto, percebe-se que ao se analisar apenas do ponto de vista das fontes arquivísticas, é possível perceber que corroboram com a visão do Poder Público, na qual com seus relatórios e documentos sobre a construção da Barragem, traz apenas pontos positivos para os atingidos, no entanto, é importante perceber que a solução hídrica, que se faz através da construção de barragens, adotada pelo Poder Público para amenizar a seca, gera consequências para a comunidade afetada por esses projetos de socorro público, desse modo faz-se necessário problematizar esses projetos, no intuito de obter uma análise mais ampla já que os relatórios apenas contabilizam os “sucessos” obtidos nas realizações das obras.

Os relatórios de realizações dos órgãos responsáveis pelas obras trazem dados como o número de açudes construídos, anuncia vantagens nos trabalhos dos perímetros irrigados, presta conta dos gastos realizados com a manutenção das “frentes de serviços”, dos “carros-pipas”, etc. A partir desses números, é encomendada a elaboração de textos que contabilizam os “sucessos”, sem atentar para uma análise mais aprofundada de suas ações na vida dos

---

<sup>3</sup> 3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO. “Açude Bocaina”. 1º Grupamento de Engenharia e Construção. / SUDENE. (Mimeo). S/D. Pag. 2.

<sup>4</sup> O jornal Macambira foi fundado em 22 de dezembro de 1975, funcionando como um informativo do Campus Avançado De Picos/ Piauí da Universidade Federal de Goiás em parceria com o projeto RONDON. O jornal Macambira adotava uma linha editorial socioeducativa e cultural em que eram divulgadas as informações sobre a estrutura, a história, a economia, a política e a cultura da cidade de Picos, sendo um jornal livre vendido nas bancas e de circulação nas escolas.

<sup>5</sup> **Sem título.** Jornal Macambira. Picos, 30/03/1983. P. 4

sujeitos trabalhadores e na economia da sociedade que recebeu a intervenção do Estado, além disso, nenhum relatório conclui pela necessidade de uma reforma agrária ampla e massiva, no máximo, indicam ações no quadro fundiário de pouca consistência e incapazes de deter a monopolização da posse e uso da terra. (DOMINGOS NETO, 1981).

Dona Espedita, nascida no município de Dom Expedito Lopes, PI, vizinho à obra da barragem, se aproximou com naturalidade da problemática da seca no cotidiano daquelas populações e narra com a propriedade de quem vivenciou o semiárido durante a infância e vida adulta, enquanto missionária da CPT. Conforme dados produzidos para o Dossiê Genocídio do Nordeste, 1979 -1983, pela CPT, Centro Piauiense de Ação Cultural - CEPAC e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, para o qual a missionária atuou como colaboradora, a seca que assolou o Nordeste entre os anos de 1979 e 1983, reconhecida como Seca Verde, deixou milhares de mortos, em particular crianças. A subnutrição e as epidemias da fome se tornaram uma síndrome no sertão Nordestino.

A implantação do Batalhão de Picos para início da construção da barragem apavorou os moradores da região, disse ela:

Eu participei da tiragem de pedras, do serviço miúdo, de ver todo aquele pessoal trabalhando, fazendo reunião. Ficava escutando eles durante o dia, quando eles tinham, coitados, pelo menos uma folguinha, um minutinho para dizer alguma coisa. Às vezes comiam uma farofinha, um beiju com rapadura... O que levavam para comer, escutava a gente um pouco e a gente ficava provocando. E a retirada das famílias, a expulsão de dezenas, de centenas de famílias. Foi uma trajetória muito triste, muito sofrida (ARAÚJO, 2015)<sup>6</sup>

Durante a entrevista, Dona Espedita se esforçou em dar voz aos moradores da área de construção da barragem. Tratam-se de populações empobrecidas, acostumados com o trabalho árduo e com a fome, e, nesse sentido, muitas vezes o sofrimento assume tom de naturalidade. As causas das mortes, sobretudo das crianças, foram atribuídas por especialistas à fome e, no entanto, segundo a entrevistada eram silenciadas por parte das populações vitimadas, que ao serem questionadas sobre as mortes de seus entes negavam que teriam morrido de fome, segundo ela: “Ninguém dizia, claro! Dizia: ‘morreu de gripe!’ ou de pneumonia”. Esse aspecto nos remete ao pensamento do escritor Josué de Castro na obra *Geografia da Fome* (2008), que no primeiro prefácio da obra, em julho de 1946, atribui o silenciamento da fome à preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica por parte da civilização

---

<sup>6</sup> ARAÚJO, Espedita da Silva. Entrevista Concedida à Cristiana Costa da Rocha, realizada no dia 19 de Setembro de 2015, em Teresina.

ocidental, que no nosso entender é absorvido até mesmo pelas populações vitimadas pela problemática.

Os desdobramentos das obras no cotidiano da comunidade bocaiense, foram iniciados logo na implantação do projeto da barragem. No primeiro momento provocou um processo de desapropriação das áreas provocando despejo das populações que viviam no local da construção que forçadas a migrar deixam para trás, não apenas as terras que ocupavam como também se desfazem dos laços e vínculos desenvolvidos naquele espaço, o que resulta na maioria dos casos, em dificuldades para recomeçar as atividades desenvolvidas anteriormente. Além do mais, as barragens também trazem impactos ambientais para as comunidades afetadas, modificando a natureza do local. No dizer de Dona Espedita:

Os moradores que moravam ali chegou um ponto que começaram foi a expulsar. Então essa coisa foi ficando lá. O açude de Bocaina foi uma coisa forte no meu trabalho, no nosso trabalho na região de Picos. Nós enfrentamos a retirada de todas as famílias para a construção daquele açude. Eu gosto de dizer para os meus sobrinhos, dizia sempre quando ia para a região de Picos que eu ainda cheguei a ir... até porque eu ia lá, pra região de Gregório [um dos sobrinhos], tenho parente lá de amigos que tenho lá a não sei quantos anos, acompanhando o pessoal da barragem. Aquela barragem [não audível] ... eu participei da tiragem de pedras, do serviço miúdo, de ver todo aquele pessoal trabalhando, fazendo reunião. Ficava escutando eles durante o dia, quando eles tinham, coitados, pelo menos uma folguinha, um minutinho para dizer alguma coisa. Às vezes comiam uma farofinha, um beiju com rapadura... O que levavam para comer, escutava a gente um pouco e a gente ficava provocando. E a retirada das famílias, a expulsão de dezenas, de centenas de famílias. Foi uma trajetória muito triste, muito sofrida (ARAÚJO, 2015).

A retirada das famílias para a construção da barragem foi acompanhada por Dona Espedita durante a missão realizada na área. Em várias partes da entrevista, ela descreve momentos de agonia e fome vivenciada no dia a dia pelas populações locais e, do outro lado, o conjunto de estratégias governamentais de combate à seca, cujas consequências, como a expulsão dos meeiros, aparecem de forma marcante.

Como nos diz Tyrone Apollo Cândido no artigo *A violência como Método: conflitos relacionados a pagamentos aos operários das Secas no Ceará (1877-1920)*, é possível concluir também nos nossos estudos que “era tudo menos passiva a atitude dos retirantes diante das forças policiais” (CÂNDIDO, 2016, p. 319). No contexto de construção da Barragem de Bocaina, os jornais de circulação local noticiavam saques, e tentativas de saques, em armazéns da região. Sobre esses movimentos, no contexto referido, o Jornal O Dia noticiou que os flagelados ameaçaram fazer saque ao comércio em Fronteiras – Piauí.

Para o prefeito de Fronteiras Sr. Pedro Sobreira que se encontra em Teresina solicitando das autoridades a adoção de medidas de combate à seca em seu município, caso a situação se agrave poderá ocorrer saqueamentos à residências e até mesmo as feiras livres que se realizam todos os sábados em sua cidade, onde não só agricultores, mas também camelôs, comercializam os seus produtos em praça pública. No entanto disse ‘os segundos estão ameaçando os primeiros’. (O DIA, 1979, ano 27, nº 7006. p.03)

Retomando a questão levantada por Cândido, os retirantes não se julgavam criminosos, mesmo tendo a plena consciência de que estavam indo contra as leis estatais e desafiando a ordem das autoridades. Confiavam em um código informal (não escrito, mas reconhecido por todos) que lhes dava o direito de se apossarem dos gêneros do governo, pois estavam passando fome e precisavam contar com a reciprocidade pública para a subsistência. Essas expectativas eram trazidas diretamente da cultura paternalista que predominava no universo sertanejo de onde vinham a maioria dos operários das secas. De acordo com Cândido:

Justo era o patrão que reconhecesse o seu dever moral de proteger os pobres, dando a comida quando faltava. Como o Estado, especialmente a partir da seca de 1877, passava a exercer a função paternalista de principal provedor dos socorros aos flagelados: justo era o governo que reconhecesse seu papel de protetor do povo. (CÂNDIDO, 2016. p.337)

Sendo assim, os costumes paternalistas dos sertanejos criavam empecilhos para a formação de uma ética de trabalho em que este deveria ser recompensado segundo as regras restritas do assalariamento. Para compreender como se deu o processo de construção do universo sertanejo, faz-se necessário utilizar a obra “Raízes do Brasil” do Sérgio Buarque de Holanda, na qual o autor retoma o período colonial, demonstrando a marca deixada pela agricultura, na sociedade brasileira, onde até hoje é possível observar os resquícios dessa herança rural no imaginário desses operários, através de um conceito chamado “homem cordial”, no qual o brasileiro por apresentar virtudes como generosidade, hospitalidade e aversão ao formal, sinta o desejo de estabelecer relações de intimidade, - como, por exemplo, relações familiares- com instâncias públicas, por exemplo, o Estado, que passa a desempenhar o papel de protetor do povo em época de seca, suprindo as necessidades.

Segundo Maria Francisca da Rocha Gomes nos documentos cedidos pelo 3º BEC foram desapropriadas 48 propriedades de forma integral e 155 de forma parcial. Ainda segundo a autora, “a relocação da infra – estrutura física de 2.535 m de linha de transmissão da CEPISA, 1500 m de estrada estadual, duas pequenas igrejas, dois grupos escolares e um

cemitério público” (GOMES, 2014: 30). Conforme os documentos do 3º BEC, os atingidos com a desapropriação teriam a indenização por suas propriedades, o valor e o período de pagamento à comunidade ficaram estimados em: “Até 1985 foi destinado o custo de Cr\$ 1.1235.000.000 para a desapropriação, mas que seria aumentado com o novo índice que seria publicado em portaria Minter, com validade para janeiro de 1986 (no mínimo, o dobro do valor atual)”<sup>7</sup>.

Mesmo com as indenizações econômicas prometidas, os custos emocionais das desapropriações são enormes. O que pode ser observado no trecho da entrevista do Sr. Cândido da Rocha Neto, de 82 anos, (2013, apud, GOMES, 2014) que demonstra que houve uma imposição por parte do 3º BEC, para a desapropriação das famílias atingidas:

Não. Ninguém não perguntou se nós queria sair ou não, quem não aguentasse ficar morando dentro da água tinha que sair! Foi uma sugestão. Eu vim para aqui, para as terras de papai porque eu sabia que tinha onde me arrancar, mas eu vim porque tinha que vim, se não eu ainda tava lá! Lá eu me julgava rico em uma parte, morei lá 26 anos, tinha a correnteza da água zoando direto, toda noite no tempo do calor quem escolhia o lugar de banhar era eu, porque tinha poços com água de toda fundura, ficava lá o tempo que queria e ninguém me dizia nada, água lá tinha muita, mas tive que sair porque a parede ia tomar de água, ia represar e cobrir tudo de água como cobriu, por isso tinha que sair<sup>8</sup>

A fatura da água, evidenciada na fala do Sr. Cândido nos possibilita visualizar uma imagem diferenciada da região do semiárido do Nordeste brasileiro, largamente descrita pela literatura como na obra *O quinze* (1930), de Raquel de Queiróz, *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos, e *Morte e vida Severina* (1956), do poeta João Cabral de Melo Neto. Seria muita imaginação do sertanejo? É importante considerar que a temática da água é comum nas narrativas de homens e mulheres do sertão semiárido, e como dito na literatura, e aparece em todos os contextos, seja na celebração das chuvas invernosas ou para lamentar a ausência nos períodos de forte estiagem. O fato é que a narrativa cria uma imagem sobretudo positiva do lugar onde vivia e foi expulso para a construção da Barragem de Bocaína. Desse modo, é possível compreender que a água é elemento fundamental garantir autonomia aos homens e mulheres rurais enquanto pequenos agricultores, pois entendemos que se apresenta associada à terra.

---

<sup>7</sup> 3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO. “Açude Bocaína”. 1º Grupamento de Engenharia e Construção. / SUDENE. (Mimeo). S/D. Pag. 4.

<sup>8</sup> ROCHA NETO, Cândido da. Entrevista Concedida à Maria Francisca Rocha Gomes, 2013.

De acordo com João Soares da Silva Filho, no trabalho intitulado “Indicadores de desenvolvimento sustentável nos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Guaribas- Piauí”, a construção dessa Barragem acarretou as seguintes consequências na economia desse espaço:

Destaca-se, ainda, que a construção da barragem de Bocaina foi determinante para a modificação da estrutura econômica estabelecida nas margens do rio Guaribas até o represamento de suas águas. A economia na região apresentava, no seu passado recente, momentos de grande dinamismo, através do sistema de vazantes com uma produção de alho representativa e o emprego eficiente de mão-de-obra familiar. Com o deslocamento dessa produção do leito do rio para as suas margens, e conseqüente mudança no padrão de irrigação, decresceu não só a produção do alho, mas de toda a atividade hortícola que ali se estabelecera e abastecia o mercado local. Somou-se a isso a entrada no mercado dos produtos hortifrutigranjeiros oriundos do eixo produtivo Petrolina-Juazeiro, que passaram a concorrer diretamente com a produção da região. (SILVA FILHO, 2004. P.76)

Portanto, com a análise dos dados coletados das fontes ditas “oficiais” e sob a ótica do Poder Público, é possível compreender que a obra traria benefícios para a população atingida pelo projeto. Contudo, as narrativas orais dos afetados pela construção da Barragem nos revelam um discurso que difere do discurso propagado pelo governo, com tom de descontentamento das condições de implantação desse projeto que de forma autoritária forçou a desapropriação de várias famílias da região.

Por outro lado, a tabela a seguir traz dados sobre o contexto mais específico da Bacia do Rio Guaribas, atentando para as condições de trabalho. Segundo João Soares da Silva Filho, no trabalho intitulado “Indicadores de desenvolvimento sustentável nos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Guaribas- Piauí”, essa categoria de análise se apresenta da seguinte forma:

A **Dimensão Condições de Trabalho** revela as características do mercado de trabalho, como o nível de formalidade das relações produtivas, os benefícios sociais e previdenciários. A qualidade do trabalho torna-se elemento de inclusão social, elementar para o exercício da cidadania. O Índice Parcial de Condições de Trabalho (I-TRAB) é composto pela média aritmética dos indicadores obtidos pelas seguintes variáveis: *percentual da população de 10 anos ou mais empregada sem carteira assinada* e pelo *percentual da população de 10 anos ou mais ocupada com jornada de trabalho semanal superior a 49 horas*, ponderadas da seguinte forma:  $I-TRAB = 0,5(I-Cart) + 0,5(I-Jorn)$ . (SILVA FILHO, 2004. p.103)

**Tabela 03- Índice Parcial de Condições de Trabalho (I-TRAB) para os municípios da bacia hidrográfica do rio Guaribas – 2000.**

Grupo	Unidade Geográfica	I-Cart	I-Jorn	I-TRAB
-------	--------------------	--------	--------	--------

<b>1</b>	Picos		0,352	0,684	0,518
<b>2</b>	Pio IX		0,269	0,807	0,538
<b>3</b>	Fronteiras		0,355	0,876	0,615
<b>4</b>	Alagoinha do Piauí		0,275	0,907	0,591
	Alegrete do Piauí		0,052	0,850	0,451
	Bocaina		0,201	0,923	0,562
	Campo Grande do Piauí		0,036	0,763	0,399
	Francisco Santos		0,036	0,836	0,462
	Geminiano		0,173	0,881	0,527
	Monsenhor Hipólito		0,123	0,686	0,405
	Santana do Piauí		0,078	0,725	0,402
	Santo Antônio de Lisboa		0,153	0,904	0,528
	São João da Canabrava		0,122	0,960	0,541
	São José do Piauí		0,050	0,862	0,456
	São Julião		0,293	0,768	0,531
	Sussuapara		0,222	0,774	0,498
<b>5</b>	São Luís do Piauí		0,340	0,976	0,658
	Vila Nova do Piauí		0,021	0,880	0,451
	<b>Bacia</b>		<b>0,178</b>	<b>0,8837</b>	<b>0,507</b>

Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2000.

As informações presentes apresentam uma subdivisão com os municípios mais populosos – Picos (68.974 hab), Pio IX (16.505 hab) e Fronteiras (10.012 hab) – são abordados isoladamente, enquanto os demais, menos populosos, foram distribuídos em dois grupos. Nesse censo realizado pelo IBGE permitem visualizar além das condições de trabalho, as relações de trabalho existentes na área da bacia na qual foi construída a Barragem de Bocaína. O autor apresenta o seguinte panorama baseado nos dados coletados:

A economia da região do Rio Guaribas gira em torno da mão-de-obra familiar, seja em unidades agrícolas, seja em atividades comerciais, de prestação de serviços ou industriais. O Indicador de carteira assinada (I-Card) revela a precariedade das relações de trabalho, percebendo-se que um mercado de trabalho assalariado formal não se efetivou de fato em nenhum dos municípios da Bacia, mesmo naqueles onde há um dinamismo econômico maior. Para um terço dos municípios da bacia do Guaribas, o I-Card não atinge sequer 0,100, apontando que mais de 90% das pessoas empregadas estão fora do mercado formal. Enquanto no I-Card todos os registros são localizados na faixa de baixas condições, o Indicador de

jornada de trabalho (I-Jorn) mostra que 12 municípios estão com altas condições em relação à jornada de trabalho imposta aos trabalhadores e outros 6 apresentam I-Jorn com valores médios entre 0,684 e 0,774, o que indica que um percentual muito pequeno da força produtiva local possui uma carga horária de trabalho superior a 49 horas semanais. Portanto, percebe-se que a elevada ocorrência de pessoas empregadas sem carteira assinada e com jornada de trabalho dentro do limite máximo de 49 horas é bastante representativa do tipo de atividade que se explora na região, visto que são poucos os municípios em que as atividades agropecuárias, basicamente familiares, não predominam. (SILVA FILHO, 2004. p.107)

Diante desse quadro, infere-se que os planos governamentais de socorro público foram pouco eficientes para atender a demanda da sociedade sertaneja, especialmente nas condições de trabalho e de vida da população afetada pela seca, pois, não houve a efetivação do mercado de trabalho assalariado formal, revelando a precariedade dessas ações do governo, uma vez que geram emprego temporário durante a obra, sendo incapaz de fixar o sertanejo na sua terra com condições auto-sustentáveis de trabalho, elevando seu padrão de vida e *status* social.(AB'SABER, 1999).

### **Os operários das secas: Trabalhadores da Barragem de Bocaína**

A região do semiárido nordestino quando vista a partir de outros olhares aparece como um espaço múltiplo e diversificado que revela novos sujeitos e suas idealizações, suas motivações e utopias, assim como suas lutas e seus limites.

Devido à açudagem ou solução hidráulica, presente nos planos governamentais de combate à seca, havia a necessidade de mão-de-obra para as construções, a essa utilização da mão-de-obra das populações do semiárido nordestino, nos períodos de crise, dava-se o nome de frentes de serviço ou frentes de emergência e foram esses operários das secas que atuaram na construção da Barragem de Bocaína, como mostra a fotografia a seguir.

#### **Fotografia 01- Trabalhadores da Barragem de Bocaína**



Fonte: Acervo pessoal da professora da Maria Oneide Fialho Rocha

### Fotografia 02- Mulheres na Frente de Trabalho



Fonte: Dossiê O Genocídio do Nordeste (1979-1983).

Os trabalhadores rurais que vão atuar nessas construções possuem sua vida atrelada à mentalidade rural e com a barragem sofrem mudanças em aspectos como, por exemplo: a passagem do tempo, que antes era de acordo com a natureza, e agora precisa se adequar com a realidade das barragens, conseqüentemente tem-se um choque com a vida social e doméstica do trabalhador e acarreta mudanças nos seus hábitos, na sua disciplina quanto ao trabalho e no seu tempo interno. (THOMPSON, 1997). Além disso, para Cândido que analisou os conflitos nas frentes de emergência no recorte do século XIX, esses trabalhadores estavam “num contexto em que o declínio do trabalho escravo entrelaçava-se ao recurso de relações de trabalho compulsórias e degradantes, ainda que assalariadas”, realidade que ainda se observa no século XX com o modo em que os trabalhadores de Bocaína, e as populações dessa região foram tratados pelos funcionários do 3º BEC, a exemplo tem-se o modo como as terras desses sujeitos foram desapropriadas, causando sentimento de dor e agonia na famílias e também já nos espaços da construção da Barragem foram relatados que os responsáveis pelos trabalhadores agiam de forma autoritária para com os mesmos.

Para reforçar a ideia anterior, é interessante ressaltar que são homens do campo, e por isso passam por uma difícil adequação ao trabalho regulado a partir da lógica de produção. No intuito de refletir sobre essa situação que cria empecilhos para uma ética de trabalho, citada anteriormente, será abordada a obra “Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo” de Eric J. Hobsbawm, onde na passagem da Primeira Revolução Industrial, o setor agrícola perde sua influência econômica, mas mantém sua influência no setor social, sendo muito presente no cotidiano dos ingleses, se caracterizando pelo enraizamento da mentalidade rural. Segundo Hobsbawm:

[...] Uma das características da agricultura no começo da era industrial está no fato de sua desagregação social ser maior que a capacidade inicial do setor não-agrícola para absorver mão-de-obra. Além disso, os pobres rurais são lentos no abandonar a vida de seus antepassados, a vida ordenada por Deus e pelo Destino, a única que as comunidades tradicionais conhecem ou podem conceber. (HOBBSAWM, 2000. p.92)

Sobre o cotidiano de trabalho nas frentes de emergência montadas para a construção dessa Barragem tem-se que: as jornadas de trabalho chegavam a ser 11 horas, o transporte dos trabalhadores era feito em caçambas, e tinham que levar a comida de casa já que não era fornecido no local da obra. (GOMES, 2014)

### **Considerações Finais**

Diante do exposto, é possível perceber que a construção da Barragem de Bocaína, no Piauí, obedece à lógica desenvolvimentista presente nos governos militares, sem atentar para os sujeitos afetados por esse projeto. Também nota-se que a Barragem não melhorou as condições de vida da comunidade bocaiense, já que provocou uma desordem econômica na região, prejudicando o cultivo do alho, produto importante para a região.

Além disso, no cotidiano dos trabalhadores que foram atuar nessa obra constataram-se as condições miseráveis a que foram submetidos: salários mal pagos, transporte em caçambas, jornada de até 11 horas, na qual tinham que levar sua comida pois lá na obra não era oferecida. Também se buscou analisar as ações dos trabalhadores, diante das condições a que eram submetidos nesses espaços das construções, sendo identificados os saques aos armazéns como um método de pressionar o poder por melhores condições de vida percebendo a articulação dos atingidos pela construção.

Por fim, a bibliografia consultada permitiu outra possibilidade de reflexão sobre a seca, na qual é evidenciado o seu papel de mazela social que perpassa a noção ligada à questão climática, uma discussão que ajuda a compreender as ações dos sujeitos atingidos pela seca. Para além do semiárido piauiense, a discussão trouxe uma ampla análise da problemática da seca, como um fenômeno regional, presente no Nordeste.

## Referências

### Fontes

- Sem título.** Jornal Macambira. Picos, 30/03/1983. P. 4  
CPT; CEPAC; IBASE. Dossiê O Genocídio do Nordeste (1979-1983). São Paulo: Huitec, 1989.
- 3º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO. “**Açude Bocaina**”. 1º Grupamento de Engenharia e Construção./ SUDENE. (Mimeo) .S/D.  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- Jornal O DIA**, 1979, ano 27, nº 7006.
- ROCHA NETO, Cândido da. Depoimento concedido à Maria Francisca da Rocha Gomes, Bocaina, 2013.
- ROCHA, Maria Oneide Fialho. **Movimentos Sociais:** ação sócio-política na região de Picos a partir da ação sócio-educativa do Movimento de Educação de Base-MEB, no período de 1985-1995. Recife, 2011.
- SUDENE. **As secas do nordeste:** uma abordagem histórica de causas e efeitos.

### Referências Bibliográficas

- AB’SÁBER, Aziz Nacib. “Dossiê Nordeste Seco”. In: **Estudos Avançados**, 1999.

- CAMPOS, Nivalda Aparecida. **A grande seca de 1979 a 1983: um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamus)**. São Carlos, 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2004.
- CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. “A violência como método: Conflitos relacionados a pagamentos aos operários das secas no Ceará (1877-1920)”. In: **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. n.11, 2016, p. 317-341.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- DOMINGOS NETO, Manuel. **Seca Seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2ª ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.
- FUNES, Eurípedes A. e GONÇALVES, Adelaide. Eldorado no Inferno Verde – “Quem vive no inferno acostuma com os cães”. IN: GONÇALVES, Adelaide e COSTA, Pedro Eymar Barbosa (org.). **Mais Borracha para a Vitória**. Fortaleza: MAUC/ NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.
- FREITAS, Marcos Airton de Sousa. **Usos múltiplos da água na bacia hidrográfica do Rio Guaribas (Estado do Piauí)**. Disponível em: <[http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/CDOC/ProducaoAcademica/Marcos%20Airton%20de%20S.%20Freitas/UsosMultiplos\\_Guaribas.pdf](http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/CDOC/ProducaoAcademica/Marcos%20Airton%20de%20S.%20Freitas/UsosMultiplos_Guaribas.pdf)>. Acesso em 04 de fevereiro de 2020.
- GOMES, Maria Francisca da Rocha. **Desenvolvimento para quem: os sentidos da construção da barragem de Bocaina, Piauí (1981 – 2014)**. 2011. 61f. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal do Piauí. Picos, 2014.
- GONDIM, Joaquim Guedes Corrêa. **Reflexões sobre as secas**. Recife: DNOCS, 1984.
- HOBSBAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, v1 (2): 59-72, 1976.
- SILVA FILHO, João Soares da. **Indicadores de desenvolvimento sustentável nos municípios da bacia hidrográfica do Rio Guaribas**. Teresina, 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2004.
- THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

*Recebido em 15 de outubro 2019*

*Aprovado em 02 de dezembro 2019*